



Conselho Nacional de Justiça

ATA DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA (26 DE JANEIRO DE 2010)

Às 9 horas e 20 minutos do dia vinte e seis de janeiro de dois mil e dez, reuniu-se o plenário do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em sua sede, localizada no edifício do Supremo Tribunal Federal, em Brasília. Presentes os Conselheiros Ministro Gilmar Mendes, Ministro Gilson Dipp, Ministro Ives Gandra, Conselheiro Milton Augusto de Brito Nobre, Conselheiro Leomar Barros Amorim de Sousa, Conselheiro Nelson Tomaz Braga, Conselheiro Paulo de Tarso Tamburini Souza, Conselheiro Walter Nunes da Silva Júnior, Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá, Conselheiro Jefferson Luis Kravchychyn, Conselheiro Marcelo Nobre e Conselheiro Marcelo Neves. Presentes, ainda, o Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, Rubens Curado Silveira e o Juiz Auxiliar da Presidência, Marivaldo Dantas de Araújo. Ausentes, justificadamente, a Conselheira Morgana Richa, na primeira assentada da Sessão, e em toda a Sessão os Conselheiros Felipe Locke Cavalcanti e Jorge Hélio Chaves de Oliveira. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil foi representado pelo Dr. Osvaldo Pinheiro Ribeiro Junior, Assessor Jurídico. Ausente, justificadamente, o Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

Às 9 horas e 20 minutos teve lugar a solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2010, entre o Conselho Nacional de Justiça e a Advocacia-Geral da União, com a finalidade de estabelecer mecanismos de integração e intercâmbio de informações, de modo a aprimorar a representação judicial do CNJ. O Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto: aperfeiçoar a representação judicial da União nas causas afetas a interesses do CNJ e de seus agentes públicos, por parte da AGU, em cumprimento à missão institucional atribuída pelo disposto no art. 131 da Constituição da República, no art. 1º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 22 da Lei Federal nº

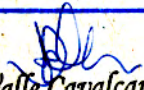
Three handwritten signatures in blue ink are located at the bottom right of the page. The first is a simple checkmark-like mark, the second is a stylized signature, and the third is a more complex signature. A small number '1' is printed below the second signature.

1

Conselho Nacional de Justiça

Publicado no DJE nº 28/2010

p. 2-3 em, 11 / 2 / 10



Aeda Valle Cavalcante
Chefe da Seção de Processamento de Feitos
Conselho Nacional de Justiça



Conselho Nacional de Justiça

9.028, de 12 de abril de 1995; estabelecer formas de integração e colaboração entre os partícipes, aprimorando o intercâmbio de informações e; prevenir e solucionar eventuais conflitos na tutela dos interesses da União. Foi também assinada, durante a solenidade, Portaria pelo Advogado-Geral da União, designando Advogados da União para integrarem o Escritório Avançado da Advocacia-Geral da União nas dependências do CNJ.

Fez uso da palavra, nesta oportunidade, o Ministro Advogado-Geral da União, Dr. Luis Inácio Lucena Adams. Também se pronunciou o Ministro Gilmar Mendes (CD em anexo).

A sessão solene foi encerrada às 9 horas e 30 minutos.

Em seguida à solenidade, verificado o quorum regimental, o Ministro Gilson Dipp, declarou aberta a Sessão e passou à aprovação da ata da Sessão anterior, que foi aprovada, à unanimidade. Em seguida deu início ao julgamento dos processos pautados, cujos resultados foram registrados nas certidões em anexo.

Às 11 horas e 50 minutos o Ministro Gilson Dipp passou a Presidência da Sessão ao Ministro Ives Gandra, para julgar procedimento de sua relatoria.

Às 11 horas e 53 minutos a sessão foi suspensa até às 14 horas.

Às 15 horas e 18 minutos a Sessão foi reiniciada sob a Presidência do Ministro Gilmar Mendes, quando teve lugar a solenidade de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Conselho Nacional de Justiça, da Advocacia-Geral da União e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e o Estado do Pará, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e o Instituto de Terras do Pará, tendo por objeto a formulação e a implementação de ações conjuntas relacionadas ao processo de regularização fundiária de ocupações, transferências, titulações e registros de terras públicas da União e do INCRA situadas em áreas urbanas e rurais no Estado do Pará, nos termos da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009 e da Lei Estadual nº 7.289, de 24 de julho de 2009 e a adoção de ações conjuntas relacionadas ao processo de regularização

The block contains several handwritten signatures in blue ink. There are three distinct signatures: one on the left, one in the center, and one on the right. The signatures are stylized and appear to be official marks.



Conselho Nacional de Justiça

fundiária e à modernização dos cartórios de registro de imóveis no Estado do Pará, por meio da restauração dos documentos danificados, digitalização de todas as folhas dos livros e criação dos respectivos índices para consulta e instalação de sistemas de informática que garantam a padronização, a segurança e a confiabilidade nos procedimentos de registro de imóveis.

Na oportunidade, fizeram uso da palavra a Governadora do Pará Dra. Ana Júlia de Vasconcelos Carepa e o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário Guilherme Cassel (CD em anexo).

Foi assinada, durante a solenidade, a Portaria Conjunta nº 1/2010, entre o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará que instituiu o mutirão de julgamento dos crimes no campo e dá outras providências. A Portaria foi assinada pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Gilmar Mendes, e pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Para – TJPA, Desembargador Rômulo Nunes, o qual fez uso da palavra (CD em anexo).

Continuando a solenidade, às 14 horas e 40 minutos teve lugar a assinatura do Termo de Cooperação Técnica nº 01/2010 entre o Conselho Nacional de Justiça e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, tendo por objeto a conjugação de esforços entre o CNJ e a CAPES na realização de atividades de fomento à pesquisa, mediante o incentivo e a concessão de bolsas de estudo, destinadas a grupos de pesquisa das instituições de ensino superior com programa de pós-graduação aprovado pela CAPES, voltados ao desenvolvimento de projetos de pesquisas acadêmicas em áreas definidas como de interesse para o Poder Judiciário. Esteve presente à solenidade o senhor Jorge Almeida Guimarães, Presidente da Fundação CAPES que, na oportunidade, fez uso da palavra (CD em anexo).

Ao final da assinatura dos Acordos de Cooperação pronunciou-se o Ministro Gilmar Mendes (CD em anexo).

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
3



Conselho Nacional de Justiça

Às 16 horas foi encerrada a solenidade e suspensa a Sessão por breves minutos.

Às 16 horas e 22 minutos a Sessão foi reiniciada sob a Presidência do Ministro Gilmar Mendes, com o julgamento do item 50 da pauta, INSP nº 2009.10.00.006468-1, Inspeção instaurada por meio da Portaria n. 242, de 16 de novembro de 2009, do Ministro Corregedor Nacional de Justiça, que tem entre seus objetos a apuração dos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro junto aos Cartórios Extrajudiciais.

Às 17 horas e 43 minutos o Ministro Gilson Dipp assumiu a Presidência da Sessão.

Às 18 horas e 10 minutos, foi julgada questão de ordem no ATO Nº 0005602-84.2009.2.00.0000, de relatoria do Conselheiro Ministro Ives Gandra, para suspender o prazo do artigo 6º da Resolução nº 92 do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece prazo até 31 de janeiro de 2010 para os tribunais apresentarem informações sobre os precatórios, tendo em vista a Emenda Constitucional nº 62, de 29 de dezembro de 2009, tratando dessa matéria. A questão de ordem foi aprovada à unanimidade, nos termos propostos pelo Relator.

A Sessão foi encerrada definitivamente às 18 horas e 12 minutos, convocando o Ministro Gilson Dipp, o Plenário, para a Sessão ordinária do dia 9 de fevereiro de 2010, a partir das 9 horas, podendo ser prorrogada para o dia 10 de fevereiro, subsistindo procedimentos a serem julgados.

Ministro Gilmar Mendes

Ministro Gilson Dipp

A blue ink signature, likely of a secretary or official, located in the bottom right corner of the page.

4



Ives Conselho Nacional de Justiça

Ministro Ives Gandra

Milton Augusto de Brito Nobre
Milton Augusto de Brito Nobre

Leomar Barros Amorim de Sousa
Leomar Barros Amorim de Sousa

Nelson Tomaz Braga
Nelson Tomaz Braga

Paulo de Tarso Tamburini Souza
Paulo de Tarso Tamburini Souza

Walter Nunes da Silva Júnior
Walter Nunes da Silva Júnior

Morgana de Almeida Richa
Morgana de Almeida Richa

José Adonis Callou de Araújo Sá
José Adonis Callou de Araújo Sá

Jefferson Luis Kravchychyn
Jefferson Luis Kravchychyn

Marcelo Nobre
Marcelo Nobre

Marcelo Neves
Marcelo Neves